

# NOÇÃO E OBJECTO DA ECONOMIA POLÍTICA

A. J. AVELÃS NUNES

  
ALMEDINA

## NOÇÃO E OBJECTO DA ECONOMIA POLÍTICA

AUTOR  
A. J. AVELÃS NUNES

EDITOR  
EDIÇÕES ALMEDINA, SA  
Rua da Estrela, n.º 6  
3000-161 Coimbra  
Tel: 239 851 904  
Fax: 239 851 901  
www.almedina.net  
editora@almedina.net

EXECUÇÃO GRÁFICA  
G.C. GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.  
Palheira – Assafarge  
3001-453 Coimbra  
producao@graficadecoimbra.pt

Janeiro, 2006

DEPÓSITO LEGAL  
105175/96

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação  
são da exclusiva responsabilidade do seu autor.

## Noção e objecto da Economia Política

1. Enunciado da problemática. 1.1. *Economia Política* (Political Economy) ou *Economia* (Economics)?; 1.2. Há uma definição para a ciência económica?; 1.3. A ciência económica surgiu com o capitalismo; 1.4. A ciência económica surgiu como “ciência da burguesia”. 2. As duas perspectivas fundamentais da ciência económica. 2.1. A perspectiva clássica-marxista (Fisiocratas – Smith – Ricardo – Marx); 2.1.1. Os fisiocratas; 2.1.2. Adam Smith; 2.1.3. David Ricardo; 2.1.4. Karl Marx; 2.2. A perspectiva subjektivista-marginalista; 2.2.1. Jean--Baptiste Say; 2.2.2. McCulloch e Nassau Senior; 2.2.3. A “revolução marginalista”; 2.2.4. A síntese de Lionel Robbins. 3. Reflexão crítica. 3.1. O âmbito da ciência económica; 3.2. As limitações da ciência económica baseada na análise do comportamento do homo oeconomicus; 3.3. A Economia marginalista é incapaz de compreender o capitalismo; 3.4. É possível uma pura “ciência dos meios”?; 3.5. A Economia é uma ciência?. 4. Em jeito de síntese.

## 1. ENUNCIADO DA PROBLEMÁTICA

### 1.1. *Economia Política* (Political Economy) ou *Economia* (Economics)?

A nossa disciplina surgiu como *Economia Política*. Mas a partir de 1890 (1.<sup>a</sup> ed. dos *Principles of Economics*, de Alfred Marshall) generalizou-se a designação *Economics*.

Com o êxito da “revolução marginalista”, a opção pela designação *Economics* revela a preocupação de apresentar a disciplina como uma *teoria pura*, como uma *ciência teórica pura*, à semelhança da Matemática (*Mathematics*) ou da Física (*Physics*) e, por parte de alguns autores, o propósito de pôr em relevo que o que interessa é o indivíduo e não os grupos, a sociedade ou o estado. Não terá mesmo faltado quem tenha pretendido reservar a designação *Economia* para a ‘economia científica’ (ou economia positiva) e a expressão *Economia Política* para a ‘economia ideológica’ (ou economia normativa).

No mundo de língua inglesa, por meados da década de 50, a designação *Political Economy* só muito raramente era utilizada, o que terá levado John Hicks a defender que *Political Economy* é tão só “the older name of Economics”. Esta situação começou a mudar a partir do início da década de 80. E nos países francófonos manteve-se a designação tradicional de *Economia Política*.

Creemos que não têm razão os que atribuem à expressão *Economia Política* conotações ideológicas ou implicações metodológicas que anulariam a natureza científica da sua abordagem

dos problemas económicos. Não se descortinam fundamentos para se apontar a *Economia* como científica e a *Economia Política* como não-científica, ou vice-versa.

De todo o modo, talvez possa dizer-se que à designação *Economia Política* se liga, em regra, uma nota metodológica específica dentro da abordagem científica dos problemas económicos.

A *Economia Política* não representa um *paradigma autónomo*, e talvez devamos admitir que não há uma *economia política homogénea*, mas *várias economias políticas*. Colocando-se numa perspectiva interdisciplinar, a *Economia Política* abre o caminho a diferentes ponderações acerca da importância dos elementos não-económicos e a diferentes combinações destes elementos.

Actualmente, a *Economia Política* poderá caracterizar-se por uma atitude crítica perante a *mainstream economics*, especialmente no que toca à sua pretensão de ser uma 'ciência pura', aos seus postulados individualistas, à sua defesa do equilíbrio e da harmonia, à sua recusa em considerar a perspectiva histórica e os factores dinâmicos.

Talvez possa dizer-se também que, embora se perfilhem 'leituras' da realidade ou propostas de política *progressistas* ou *conservadoras* tanto por parte dos que se colocam na óptica da *Economics* como por parte dos que adoptam a perspectiva da *Economia Política*, a *Economics* veicula, em regra, a aceitação *conservadora* do *status quo*, enquanto que a *Economia Política* se coloca, em regra, numa perspectiva de *transformação* da sociedade (para alguns de natureza revolucionária).

Deixando de lado outros aspectos, sublinharemos que os que integram o "clube dos economistas políticos" (Kurt Rothschild) defendem também que a *teoria económica* se confunde com a *histoire raisonnée* de que fala Schumpeter a propósito da teoria económica de Marx. Segundo esta perspectiva, "o objecto da ciência económica é essencialmente um processo histórico continuado" (Schumpeter), porque a nossa disciplina só pode

aspirar ao estatuto de ciência "interpretando a história, incluindo o presente na história" (Joan Robinson), tendo sempre presente que "as ideias económicas são, sempre e intimamente, um produto do seu próprio tempo e lugar, e não podem ser tidas como coisas distintas do mundo que interpretam" (J. K. Galbraith).

### 1.2. Há uma definição para a ciência económica?

Não é fácil *definir* a ciência económica, por mais estranha que esta afirmação possa parecer. Apetece dizer, com Alfred Marshall, que "todas as afirmações breves sobre Economia são falsas (excepto esta, talvez)."

Há cerca de um século, foi exactamente Alfred Marshall quem definiu a ciência económica como "o estudo da humanidade nos assuntos correntes da vida" ("the study of mankind in the ordinary business of life"). Poderíamos deixar esta definição, que parece de bom senso, e passar à frente, embora com a consciência de, com ela, pouco adiantarmos acerca do objecto da nossa disciplina.

Mas, hoje, teríamos de assumir igualmente que a definição de Marshall é inconsistente com o 'conceito vazio' apresentado por Jacob Viner ao definir a ciência económica através da mera *descrição* agnóstica dela como "aquilo que os economistas fazem". É que hoje não falta quem defenda que, graças ao desenvolvimento da ciência económica e graças a uma certa *crise* que a atravessa, a maioria dos economistas faz coisas que pouco têm a ver com as preocupações correntes das pessoas de carne e osso. Talvez estejamos longe, e talvez estejamos mesmo a afastar-nos, afinal, da concretização do maior desejo de Marshall, manifestado em 1885 na lição inaugural da sua cátedra de Cambridge: o de enviar os seus estudantes para a vida "com cabeças frias mas com corações quentes", "com capacidade para atenuarem os sofrimentos sociais que os rodeiam."

Em regra, os manuais limitam-se a dar a noção de ciência económica que o seu autor considera mais correcta.

Não adoptaremos aqui esta solução, por considerarmos preferível — desde logo no plano pedagógico — *problematizar* a questão, enunciando e mostrando o significado das principais perspectivas analíticas em confronto, estimulando os alunos a participar num debate sempre aberto, sem fornecer receitas nem impor catecismos, embora sem esconder que *esta problematização* não pode deixar de reflectir as nossas próprias ideias.

Partilhamos, a este propósito, o ponto de vista dos autores (Paul Sweezy, Joan Robinson, John Hicks, Claudio Napoleoni, entre outros) que defendem perfilarem-se actualmente duas grandes correntes (ou paradigmas) acerca da ciência económica. Por um lado, a *perspectiva clássica-marxista*, que se inicia com os fisiocratas, passa por Smith e Ricardo e vem desembocar em Marx, tendo sido modernamente renovada por Piero Sraffa. Por outro lado, a *perspectiva subjectivista-marginalista*, que vem de Say e de Senior, que se afirmou com a chamada 'revolução marginalista', levada a cabo por Jevons, Menger e Walras, e que hoje se apresenta como a *perspectiva académica dominante*, a *mainstream economics*, que tem no já clássico ensaio de Lionel Robbins sobre *a natureza e o significado da ciência económica* — 1.ª ed., 1932 — a sua síntese mais elaborada e representativa. Estas são as duas perspectivas (os dois paradigmas) de que se ocupou na sua dissertação de doutoramento o Doutor Aníbal Almeida.

### 1.3. A ciência económica surgiu com o capitalismo

Vale a pena analisar, muito rapidamente, o contexto histórico (económico, social, cultural, ideológico) em que surgiu a actividade científica no domínio de que nos ocupamos e quais os caminhos da sua evolução, como *produto social*, até aos dias de hoje.

Começaremos por dizer que a ciência económica nasce, verdadeiramente, no século XVIII, com o advento do capitalismo como sistema produtivo (como modo de produção autónomo, se quisermos utilizar a linguagem de Marx), durante o período em que a sociedade capitalista nascente se contrapunha à velha sociedade feudal, fazendo caminho à custa da transformação e da destruição desta.

Dir-se-á que antes desta época — muito antes mesmo — vários autores, desde Aristóteles aos mercantilistas, formularam proposições e escreveram livros sobre temas de economia. É verdade. Mas a verdade também é que essas proposições se integravam em discursos diferentes, relativos à moral, à política ou ao direito, muito longe de configurarem uma ciência económica autónoma relativamente a essas outras disciplinas. Não se aceitava na prática nem se concebia no plano teórico que os processos económicos pudessem gerar os seus próprios imperativos, originar as suas próprias leis ou proporcionar as bases de uma disciplina intelectual autónoma. Antes do século XVIII, a esfera da actividade económica não era considerada autónoma: a economia era vista como um simples meio ao serviço da realização de valores ou fins de ordem moral ou religiosa, ou — no caso dos mercantilistas — um meio de construir, de manter e de aumentar o poder político do soberano e do estado.

Tanto na esfera da produção como na esfera do consumo, tudo é decidido segundo critérios de *poder* (de poder político, que se confunde com o poder económico). Nas formações sociais pré-capitalistas, a produção está em absoluto subordinada ao consumo, mas o consumo não é um fim em si mesmo, não passando — como observa Claudio Napoleoni — de simples condição material para o desenvolvimento das actividades (a cultura, a guerra, etc.) que então se admitia corresponderem à 'dignidade' do homem. O consumo encontra a sua 'justificação' fora do processo económico, não constituindo, por isso, um elemento integrante do processo de produção.

Mesmo as relações de troca (monetária ou não) que tinham por objecto uma parte do excedente apropriado pelos senhores diziam respeito apenas à esfera da circulação, completamente desligadas da esfera da produção (e dos custos de produção). Só com o advento do capitalismo as relações de troca reflectem as relações de produção e são determinadas por elas (as mercadorias trocam-se no mercado umas pelas outras tendo em conta os seus custos reais de produção). Foi isto o que compreendeu, desde logo, Adam Smith, que fez da Economia Política, essencialmente, uma teoria da produção.

Esta situação alterou-se profundamente com as revoluções burguesas, que vieram pôr termo ao estatuto de servidão, proclamando que todos os indivíduos (incluindo os trabalhadores) são *seres livres, sujeitos de direitos e de deveres*.

Os trabalhadores passam a poder dispor livremente da sua *força de trabalho* (que então surge como *mercadoria autónoma*), substituindo-se o trabalho servil pelo trabalho assalariado, ao mesmo tempo que a propriedade feudal (propriedade imperfeita) é substituída pela propriedade capitalista (propriedade perfeita, absoluta e exclusiva). O capitalista adquire os meios de produção (incluindo a força de trabalho) e desencadeia o processo produtivo com o objectivo de transformar o excedente em meios de produção adicionais e estes em maior quantidade de bens produzidos, destinados à venda no mercado com fins lucrativos. A Revolução Industrial trouxe consigo a afirmação do processo colectivo de produção, a divisão interna do trabalho, o aumento da produtividade, a multiplicação da produção efectiva de bens, assim como a consciência disto mesmo.

O processo económico ganha então a sua autonomia, não apenas em relação ao discurso metafísico, teológico ou ético, mas também relativamente ao discurso político e à lógica do poder político. A ciência económica ocupa-se agora da *sociedade económica* (ou *sociedade civil*) concebida como um sistema,

como um conjunto de relações sociais reguladas por leis próprias (*leis naturais*, independentes da vontade dos governos, que podem ser descobertas pela investigação).

Mas o advento da nova era burguesa não ficou marcado apenas por transformações económicas e sociais. A 'revolução' fez-se sentir também na filosofia, na ciência e no mundo das ideias em geral, percorrendo um caminho que se inicia com o Renascimento e com as viagens oceânicas de portugueses e espanhóis, as quais conduziram o homem europeu à descoberta de novos mundos, de novas gentes e de novos produtos, à observação da natureza e à experimentação, à capacidade de aprender sistematicamente com o que se 'vê claramente visto', sem os velhos *tabus* escolásticos.

A *revolução burguesa* é também a revolução racionalista, intimamente associada à revolução científica e ao método científico moderno introduzido por Bacon e por Descartes. Os filósofos do séc. XVIII abandonaram a concepção religiosa do mundo, da vida e das relações sociais, substituindo-a pelo conceito de *ordem natural* e proclamando um mundo de harmonia e de justiça (lei natural=lei moral) governado por *leis naturais*, tão rigorosas como as da Física.

É neste ambiente que nasce a Economia Política, apostada em aplicar ao estudo das relações entre os homens (considerados como elemento da "ordem natural") o método científico do racionalismo. Como escreveu Maurice Dobb, a Economia Política clássica "exerceu uma influência revolucionária sobre os conceitos e a prática tradicionais", formulando o "conceito de sociedade económica como um sistema determinista, i.é., como um sistema regido por leis próprias, de acordo com as quais poderiam fazer-se os cálculos e predições dos acontecimentos", e mostrando pela primeira vez que "nas questões humanas existia um determinismo comparável ao determinismo das leis naturais".

Entendendo-se que o sistema capitalista de produção partilhava da 'racionalidade' inerente à ordem natural, o objecto da ciência económica passa a ser o de descobrir as *leis naturais* que regulam o processo de produção e de distribuição do produto social.

O conceito de *ordem natural* surgiu contra o *ancien régime*, autoritário, discriminatório, regulamentador. Ao autoritário direito divino opunha-se o *direito natural* libertador dos indivíduos, reconhecendo a cada um o direito de prosseguir o seu próprio interesse. Desta forma, a *ordem económica*, funcionando por si própria, seria regida por uma lei natural que asseguraria os melhores resultados para a comunidade.

Contra a orientação mercantilista — que considerava o 'governo da economia' pelo estado, através da regulamentação minuciosa e da intervenção permanente e generalizada, indispensável para livrar do caos o 'sistema comercial' —, os fisiocratas, para além de defenderem o princípio do *laissez-faire, laissez-passer*, vêm proclamar a existência de uma "ordem natural" ("a mais vantajosa para os homens reunidos em sociedade"), governada por "leis soberanas", "estabelecidas para todo o sempre pelo Autor da Natureza", leis que são *leis físicas*, num mundo em que "a ordem moral é traçada pela ordem física", em que "as leis morais não são mais do que injunções à nossa liberdade no sentido de obedecer às leis físicas". A lei física e a lei moral confundem-se em favor da primeira na unidade da lei natural. A moral não pode ter outro sentido que não seja o de mero instrumento de realização física da ordem que resulta da lei natural.

A *filosofia moral* implícita nos trabalhos dos economistas clássicos (a *filosofia da liberdade natural* ou *filosofia da lei natural*) e o seu apelo aos conceitos sobre a *natureza humana* serviram, consciente ou inconscientemente, o objectivo de encontrar uma *justificação moral* para o capitalismo nascente.

Os *conceitos normativos* da teoria económica clássica entroncam na tradição da lei natural dos séculos XVII e XVIII, período em que a *natureza* e a *razão* substituíram Deus como fundamento da ordem social. A ideia da *lei natural* — já presente nos fisiocratas —, com raízes na teologia cristã, constitui uma simbiose entre *princípios normativos* (que vinham da jurisprudência romana e da teologia medieval, com a sua ideia de uma *ordem justa*, uma *ordem de justiça*) e *princípios científicos* (as 'leis naturais' partilham de um certo *cientismo* mais ou menos *determinista* então em voga).

Enquadrada pelos pressupostos da filosofia da lei natural, a Economia Política clássica extraiu os seus princípios da *natureza* e da *razão*, trazendo implícita a conclusão de que tais princípios conduziram a uma *ordem socialista*.

A Economia Política propõe-se, segundo Adam Smith, "enriquecer tanto os indivíduos como o soberano". Mas este desejo de enriquecer surge ao arrepio dos valores que dominaram a civilização cristã europeia anterior à Reforma e que se mantiveram até à consolidação da nova civilização burguesa e capitalista. Para que os novos valores se impusessem contra a moral tradicional era necessário encontrar para eles uma *justificação moral*. A filosofia da lei natural que informou a Economia Política smithiana deu a resposta a esta necessidade, ao ligar o desejo de enriquecer a *princípios universais* decorrentes da *natureza humana* e da *razão humana*. A *natureza* e a *razão* legitimavam uma prática que a *teologia* condenava. E esta forma de *justificação moral* casava-se perfeitamente com o ambiente cultural do tempo.

#### 1.4. A ciência económica surgiu como "ciência da burguesia"

Parece claro que a Economia Política nasceu perfeitamente enquadrada na nova ideologia burguesa. A filosofia social pre-

sente em *A Riqueza das Nações* assenta na defesa do individualismo, na confiança no “sistema de liberdade natural”, na afirmação de uma *antropologia optimista* (ultrapassando o pessimismo hobbesiano do *homo homini lupus*), que servia integralmente o objectivo ideológico fundamental da nova classe burguesa: a afirmação de que os seus interesses são objectivamente coincidentes com os da sociedade como um todo (desde que o estado não intervenha e a economia funcione de acordo com as suas leis imanescentes).

Não será, por isso, descabido que aqui se acolha a tese — sustentada por Marx e pelos autores marxistas — segundo a qual a Economia Política clássica surgiu e desenvolveu-se como “ciência da burguesia”, num período em que a burguesia ascendente, em luta para ocupar a posição de classe dominante, na economia, na sociedade e no estado, era a classe em condições de (e interessada em) analisar objectivamente a sociedade e os mecanismos da economia.

## 2. AS DUAS PERSPECTIVAS FUNDAMENTAIS DA CIÊNCIA ECONÓMICA

### 2.1. *A perspectiva clássica-marxista (Fisiocratas – Smith – Ricardo – Marx)*

À luz desta perspectiva, a ciência económica tem no conceito de *excedente social* o seu núcleo essencial e é construída a partir dele e à volta dele.

Desde os fisiocratas que a ciência económica se interroga acerca da origem da *riqueza* e da natureza do *excedente* e procura explicar como é que ele se distribui entre as várias *classes sociais*, em sociedades caracterizadas pelo *conflito social*. E cremos que, desde os fisiocratas, ficou clara a ideia — que surge em Adam Smith, em Ricardo e em Marx — segundo a qual as leis (ou os princípios) que regulam a distribuição do excedente estão intimamente ligadas às regras (ou princípios) que enquadram o *processo social de produção* (ou, na terminologia de Marx, estão intimamente ligadas à natureza das *relações sociais de produção*).

#### 2.1.1. Os fisiocratas

O *Tableau Économique* elaborado por François Quesnay é a primeira tentativa de construir um *modelo* quantificado que representa os mecanismos da vida económica com base na ideia de *circuito económico*, de *interdependência* entre as várias actividades económicas (dependência intersectorial). Nele analisa-